

O campo financeiro brasileiro em 2002.

Rodolfo Palazzo Dias

Doutorando em Sociologia Política (PPGSP/UFSC)

Resumo:

No presente texto mobilizaremos o conceito de “campo”, desenvolvido por Pierre Bourdieu, para compreender o setor financeiro brasileiro. Debateremos os elementos conceituais do autor, apresentando seu valor heurístico e sua compatibilidade com um estudo sobre grupos financeiros; e aplicaremos suas noções para compreender o significado da rede acionária dos cinco maiores grupos financeiros privados brasileiros em 2002 (Itaú, Unibanco, Bradesco, Safra e Votorantim). A rede acionária foi desenvolvida a partir dos métodos de análise de redes sociais (ARS), com a utilização do programa UCINET, e realizada através da coleta de dados no anuário “Valor Grandes Grupos” e também nos documentos oficiais das entidades. Consideramos que determinados elementos presentes (e recorrentes) nas estruturas acionárias dos grupos mostram certos aspectos do campo financeiro brasileiro, como concentração e centralização do mercado bancário, e também a amplitude do campo financeiro dentro do campo econômico brasileiro.

Introdução:

A unidade de análise da presente pesquisa são os grandes grupos financeiros brasileiros. O seguinte texto busca apresentar e analisar, enquanto resultado parcial de nossa pesquisa de doutorado, a estrutura acionária de tais grupos em 2002. O conceito de Bourdieu que mobilizamos para a análise dessa estrutura é o de “campo econômico”.

Em uma série de textos Bourdieu cita a importância do campo econômico, destacando sua autonomia e suas relações com os outros campos (escolares, culturais, etc). Mas é no texto traduzido pela revista “Política e Sociedade” em que o autor mobiliza seus conceitos clássicos (campo, capital, habitus) para o estudo específico de tal campo. Tendo em vista esse esforço heurístico, de mobilização dos conceitos para a nossa própria pesquisa, o presente trabalho será mais concentrado nesse texto específico do Bourdieu.

Trataremos da análise do conceito de campo na primeira parte do trabalho; aplicaremos o conceito na compreensão da estrutura acionária dos grupos financeiros estudados na segunda parte; e trataremos dos capitais relevantes em tal campo na terceira.

O campo econômico e o campo financeiro;

A utilização do conceito de campo para o estudo das relações econômicas foi realizada estabelecendo a teoria econômica ortodoxa como antagonista no debate. A proposta de Bourdieu é oferecer uma alternativa as abordagens baseadas na “teoria do equilíbrio geral” e na “teoria do agente racional” (BOURDIEU, 2005, p. 23) que permita uma reconciliação da disciplina econômica com as ciências sociais, tratando-a enquanto ciência histórica (BOURDIEU, 2005, p. 57).

Nesse sentido, Bourdieu desconstrói conceitos centrais para a economia ortodoxa como oferta e demanda, inserindo o elemento diacrônico (histórico) em tais concepções. Baseado nessa perspectiva, o autor define o mercado em geral (e o mercado de casas próprias na França em específico) como uma “*dupla construção social*” (BOURDIEU, 2005, p. 17): uma construção social da demanda (nas quais o sistema de preferências individuais, longe de naturalizado, é construído dentro do campo específico); e uma construção social da oferta, em que os agentes realizam a produção não de maneira racional tendo em vista um sistema equilibrado de preços, mas de maneira razoável (seguindo um *habitus*¹) tendo em vista um sistema minimamente regular (tendo em vista que o *habitus*, enquanto conjunto de predisposições, tenciona o comportamento dos agentes a certa direção em situações regulares).

A nossa pesquisa de doutorado estaria bem justificada (estudo dos grupos financeiros nacionais privados) em termos bourdieusianos tendo em vista,

¹ O conceito de *habitus*, nesse trabalho específico de Bourdieu, é tratado como a solução para o problema teórico das análises individualistas e holistas. O que nas análises econômicas estariam presentes nas perspectivas finalistas (o sujeito torna o centro por definir individualmente seu sistema de preferências) e fiscalistas (sujeito tratado como partícula, tendo seus elementos internos pouca relevância na explicação do fenômeno social) (BOURDIEU, 2005, pp. 49-50). O autor ainda destaca que, por mais que sejam abordagens contraditórias, a ortodoxia econômica conseguiria conciliar tais perspectivas sem muita dificuldade, na figura do sujeito sábio e “dotado de conhecimento perfeito”. (BOURDIEU, 2005, p. 50).

primeiro, o papel estrutural dos bancos dentro do campo econômico; e segundo, a compatibilidade da ideia de grupo com a perspectiva do autor.

Segundo Bourdieu, os bancos tem um papel chave na construção social da oferta. Sua posição no campo econômico como agente que concentra recursos de terceiros (os clientes deixam dinheiro nos bancos) e disponibiliza tais recursos para os setores produtivos (intermediador da formação da poupança e do investimento, no vocabulário econômico) o coloca como central no processo de formação do que irá se produzir na economia em geral (o Estado também teria papel importante nesse processo).

Como as empresas, nas suas decisões de investimento, tem que levar em consideração aqueles que irão emprestar o recurso (capital financeiro), a posição (capital simbólico) dos bancos torna-se central na definição das práticas dentro do campo econômico. E essa centralidade não é apenas simbólica (as ideias dos detentores dos recursos tem que ser levadas em consideração) mas também organizacional. Bourdieu recorre aos estudos das corporações estadunidenses como verificações empíricas de que os bancos participam da definição dos diretores em um número significativo de empresas.

Estamos falando dos estudos de *“interlocking directorates”*, que mostram as intervenções dos bancos nos conselhos de administração das diversas corporações estadunidenses. Como mostra Scott (1988, p. 62) o resultado empírico de tais estudos foi tão grande que levou à formulação do conceito de *“bank centrality”*.

Bourdieu faz referência ao trabalho de Mintz e Schwartz (1985), que desenvolvem o conceito de “hegemonia estrutural” para compreender essa capacidade de constrangimento das entidades bancárias diante das outras instituições econômicas. A definição dos autores é a seguinte:

Structural hegemony operates when the action of one social institution (or coordinated group of institutions) determine the viable options available to other institutions and individuals. If such constrains regularly occurs in a social system, the leadership of the dominant structure exercises a noninterventionist leadership that allows for coordination of the various contained social formations without either overt coercion or systematic ideological manipulation. (MINTZ e SCHWARTZ, 1985, p. xii).

Por controlar o acesso ao crédito e por possuir participações no capital social (parte da propriedade) de várias instituições (e com isso também direito a

cargos diretivos nessas empresas), o exercício de “poder” das instituições financeiras tem esse caráter especial. Consegue ser exercido sem intervenção direta ao simplesmente constanger as opções disponíveis, e não as instituições diretamente.

E, além da importância (conceitual e material) dos bancos no campo econômico, outro elemento que justifica a utilização do conceito em nossa pesquisa é a possível compatibilidade entre as ideias de “grupo econômico” e de “campo econômico”.

Como Gonçalves (1991) aponta, na teoria econômica mais tradicional existe uma divisão disciplinar entre as teorias microeconômicas, que focam na análise da firma (enquanto entidade juridicamente autônoma, que passa a ter uma identidade social própria e, como Bourdieu destaca, uma racionalidade também própria) e as teorias macroeconômicas (que perdem de vista o comportamento dos agentes enquanto variável explicativa dos fenômenos econômicos). Para uma abordagem intermediária, que vá além da firma, mas que não perca de vista os elementos econômicos individuais, o conceito de “grupo econômico” pode ser utilizado:

O grupo econômico é definido como o conjunto de empresas que, ainda quando juridicamente independentes entre si, estão interligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, e cuja propriedade (de ativos específicos e, principalmente, do capital) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas. (GONÇALVES, 1991, p. 494).

Nossa pesquisa busca contemplar a dimensão dos atores e instituições específicos, mas considerando que estes mantêm um sistema de relações relativamente durável (embora dinâmico). A isso chamamos de “estrutura relacional”, e é dessa forma que interpretamos a estrutura acionária que será analisada no presente texto.

Embora Bourdieu não tenha trabalhado especificamente com tal conceito, consideramos que, primeiro, existe uma compatibilidade entre “grupos econômicos” e a abordagem do autor francês; e segundo, que a abordagem bourdiesiana possui elementos que colaboram com o estudo desses grupos.

Mesmo não usando o termo “grupos econômicos”, tendo tratado o agente econômico principalmente em termos de “empresa”, percebe-se que Bourdieu vai além da teoria estadunidense da “firma” ao afirmar: “a decisão econômica

não é a de um agente econômico isolado, mas a de um coletivo, grupo, família ou empresa, funcionando à maneira de um campo” (BOURDIEU, 2005, p. 18).

Essa visão da agência econômica como realizada por um coletivo já indica a possível compatibilidade entre as perspectivas. Mas Bourdieu ainda acrescenta algo nessa análise: tratar o próprio grupo enquanto campo.

O conceito de campo não deve ser entendido como um elemento analítico que engloba as relações econômicas e as chama de “campo econômico”: os próprios atores econômicos são instituições coletivas que também podem ser compreendidas em termos de campo.

Tentando sintetizar: podemos compreender a realidade econômica geral em termos de campo, refletindo como historicamente a demanda e a oferta se constituíram em determinada sociedade; essa oferta e demanda tem segmentações (os setores econômicos), que frequentemente tem expressão institucionalizada ou quase institucionalizada (BOURDIEU, 2005, p. 39), e que, assim, formam subcampos. Estes são relativamente autônomos entre si, embora sejam postos nas estruturas mais gerais do campo econômico. E as empresas (no nosso trabalho são os grupos) também formam campos elas mesmas. Também relativamente autônomas, e que tem suas práticas explicadas tanto pelos constrangimentos estruturais do campo econômico e do subcampo ao qual pertence, como pelo resultado das práticas² dos seus membros.

Aplicando tal perspectiva analítica para nosso estudo, estamos no campo econômico brasileiro tratando de um subcampo específico: o campo financeiro. Como já mencionamos, tal subcampo tem uma centralidade no campo mais geral, por controlar grandes volumes de capital financeiro, e que, a partir daí, consegue reunir outros tipos de capitais (simbólicos, organizacionais, etc).

A constituição desses subcampos é histórica, e, portanto, dinâmica. As subdivisões do campo econômico não são apenas em termos setoriais, mas é marcado por dinâmicas que se processam por transformações tecnológicas e de

² Consideramos a fórmula exposta por Bourdieu n“*A Dinstinção*” “[*(habitus)* + (*capital*)] + campo = práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 97) bastante elucidativa em relação à compreensão das práticas. Os agentes, dotados de *habitus* e capital (elementos internos ou internalizados dos agentes), em um determinado campo, possuem práticas. São esses elementos internos (internalizados) e externos que explicariam as práticas. Talvez essa forma de tratar tais conceitos seja excessivamente esquemática, mas é uma forma de iniciar o debate.

estratégias das próprias empresas. Sobre as fronteiras dos subcampos, Bourdieu escreve:

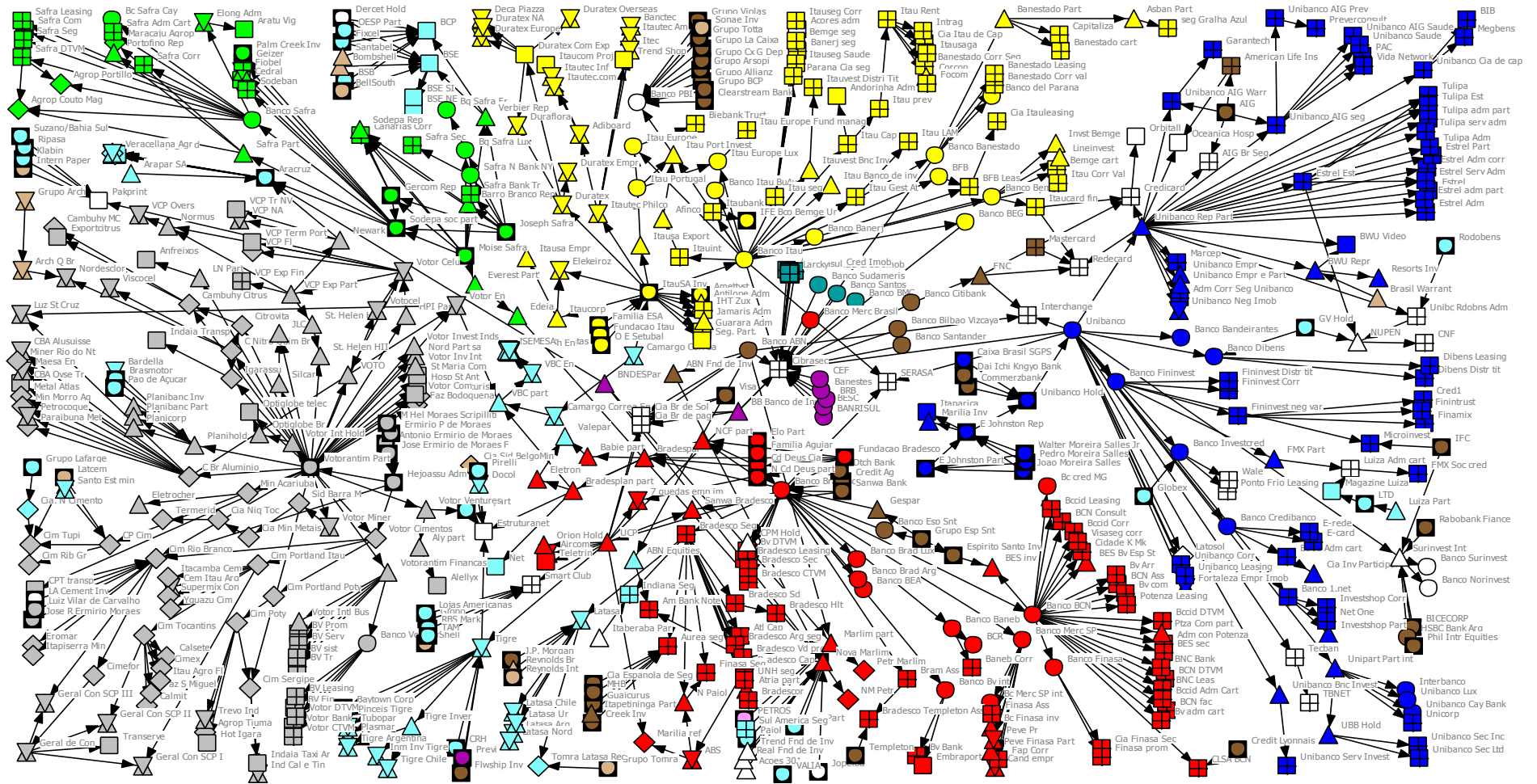
Às passagens de fronteira juntam-se as redefinições das fronteiras entre os campos: certos campos podem tornar-se segmentados em setores mais restritos, a indústria aeronáutica dividindo-se, por exemplo, em produtores de aviões comerciais, militares e de turismo; ou, ao contrário, as mudanças tecnológicas podem fragilizar as fronteiras entre indústrias até aqui separadas: por exemplo, a informática, as telecomunicações e a automação de escritório tendem a se confundir sempre mais, de tal maneira que empresas que, até agora, estavam somente presentes num dos três subcampos tendem cada vez mais a se encontrar em concorrência no novo espaço de relações que está se constituindo. (BOURDIEU, 2005, p. 39).

Estudar a estrutura acionária dos grandes grupos financeiros privados nacionais, nesse sentido, possui a capacidade de demarcar as fronteiras do subcampo financeiro, além de indicar como os próprios grupos (enquanto campo) se relacionam.

O campo financeiro Brasileiro:

O Sociograma 1 apresenta a estrutura acionária (mútua propriedade enquanto relação) dos cinco maiores grupos financeiros privados nacionais brasileiros:

Sociograma 1: redes acionárias separadas por grupos e setores (2002)



As cores representam os grupos: azul (Unibanco); vermelho (Bradesco); amarelo (Itaú); verde (Safra); cinza (Votorantim); marrom (estrangeiros); azul bebe (outros nacionais) (outros públicos) e branco (não definido). Os formatos representam o tipo de empresa: Quadrado com bola (proprietário, holding); bola (banco); quadrado com cruz (seu financeiros); triangulo (investimentos); diamante (setor primário); triangulo de ponta cabeça com base (setor secundário); quadrado (setor terciário menos o financ

No sociograma, as figuras são as empresas e as linhas representam a posse de uma empresa sobre outra. As cores representam os grupos específicos aos quais as empresas pertencem, e os formatos das figuras representam a atividade na qual a empresa está envolvida.

Podemos discutir a amplitude das fronteiras do campo financeiro através do debate sobre os setores nos quais tais grupos estão presentes. O primeiro tipo de atividade que destacamos, representada pela figura do quadrado com a bola, são de empresas (e, nesse caso específico, também pessoas que são proprietárias) especializadas na posse e administração de investimentos. Empresas com essa característica são as que estão na posição de dominância no campo financeiro. O sistema de propriedade é hierárquico, no qual quem detém a posse de determinada empresa possui prerrogativas e privilégios. Nesta estrutura acionária, aqueles que estão no topo dessa hierarquia são representados por essa figura.

O segundo tipo de atividade, representada pela bola, é a atividade propriamente bancária. Essa atividade é altamente regulamentada no país (é necessário autorização do Banco Central para um banco operar no Brasil), e, durante a década de 1990, passou por um intenso processo de concentração. Segundo relatório do Banco Central, do total de instituições que operavam em 1988, apenas 40% delas seguiram operando em 2000, sendo que o tempo médio de operação das instituições que desapareceram foi de 48 anos (BANCO CENTRAL DO BRASIL).

Mas mesmo que algumas dessas instituições tenham prosseguido operando, muitas delas foram compradas e seguiram sua operação dentro dos grupos que estamos estudando. Esse é o caso de vários bancos presentes no nosso sociograma que, tendo origens tanto públicas (privatizações) como privadas (fusões), foram incorporados dentro da estrutura organizacional dos grupos.

O terceiro tipo de atividade, definida por nós como “serviços financeiros” e representada no sociograma pelo quadrado com uma cruz é que revela a amplitude do campo financeiro. Tais empresas estão voltadas para saúde, previdência, seguros (e corretoras de seguros), *leasings* (financiamento de

veículos, por exemplo), administradoras de cartões, corretoras de valores, distribuidoras de títulos, capitalização e gerenciamento de investimentos, e *tradings* (empresas voltadas para o gerenciamento de comércio exterior).

Tais setores devem ser compreendidos pensando nas transformações do setor bancário ocorrido na década de 1990. Com: as transformações tecnológicas (mudanças nas telecomunicações, na informática, e no impacto disso nas transações financeiras de toda a sociedade); o desenvolvimento de setores de previdência e saúde privados (neoliberalismo); crescimento do mercado de ações; e inovações financeiras (novos modelos de financiamentos, de títulos e de securitização desses títulos); uma série de empresas passaram a se direcionar para abarcar tais papéis setoriais.

No vocabulário econômico, tal processo ficou conhecido como a “consolidação do sistema financeiro brasileiro”. Nossa pesquisa buscará ter uma perspectiva sociopolítica de tal processo. Bourdieu, criticando a perspectiva racionalista das teorias econômicas ortodoxas, nos inspira a desimpregnar o sentido de eficiência (racionalidade ao se consolidar) dado por essa terminologia econômica. Pretendemos mostrar que tal processo deve ser explicado pela relação de poder entre os agentes (como vários deles foram eliminados do setor bancário e quais as estratégias dos sobreviventes).

Dentre eles observamos o Estado e as reformas econômicas como o PROER³; os grupos financeiros privados nacionais e concentração das grandes instituições bancárias nacionais; a entrada de instituições estrangeiras, e, posteriormente, a saída das instituições estadunidense e a consolidação das instituições europeias (fusão do Santander com o ABN Amro).

Temos também um quarto tipo de caracterização das empresas, que chamamos de “investimentos” e é representado pelo triângulo. Essas empresas, que geralmente possuem em seus nomes os termos “administração”, “participação”, “investimentos”, e/ou “representação” são empresas que possuem a função de administrar e controlar o patrimônio do grupo⁴. Em algumas delas foi possível observar quais empresas estão sob seu controle

³ Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. A dissertação de Mick (1998) é justamente sobre tal reforma.

⁴ Esses termos também aparecem nos nomes das empresas que assumem a primeira posição, de posse, tratada anteriormente.

(como a “Unibanco Representação e Participação”, ou a “União de Comércio e Participações” do Bradesco). Em geral as verificáveis são aquelas que possuem funções centrais dentro do próprio grupo. Mas existem instituições desse gênero que estão na margem da rede e que, por sua documentação oficial (relatórios contábeis e demonstrações financeiras) exibem apenas o volume de capital possuído (números), e não quais empresas efetivamente possuem. Isso quando o relatório existe. Prática muito comum nessas empresas é juntar as demonstrações de várias pequenas empresas em apenas uma delas, na hierarquicamente superior (a que possui as outras menores). Portanto, existe uma parte da rede que permanece oculta por falta de documentação.

Mas seriam essas empresas que os grupos usam para se expandir, tanto dentro do campo financeiro, como também nos outros campos presentes no campo econômico.

Por fim, existem as três divisões setoriais (setor primário, secundário e terciário, excluindo o setor financeiro deste), representados pelas figuras “diamante”, “triângulo de ponta cabeça com base”, e “quadrado”, respectivamente.

Essas empresas podem ser consideradas de duas formas. Quando integradas com as outras empresas de atividade financeira, podem ser consideradas como um certo alargamento do campo financeiro. Já se essas empresas não tiverem relação com as atividades do campo financeiros, podem ser consideradas como o grupo (que também é um campo em si) atravessando as fronteiras do campo financeiro e atingindo outros campos inseridos no campo econômico.

Um exemplo do primeiro caso é a “Itaútec Philco”, empresa de informática do grupo Itaú que, por mais que esteja classificada como setor secundário, possui suas atividades conectada diretamente com as atividades financeiras do grupo. O desenvolvimento da automação bancária já nas décadas de 1970 e 1980, e o desenvolvimento das telecomunicações na década de 1990, deve ser pensada como elementos que levaram ao grupo se dedicar a tal setor e a incorporar a área para o campo financeiro.

O segundo caso trata dos grupos financeiros extrapolando os limites do campo financeiro e incorporando empresas de outros campos. Esses limites

foram rompidos tanto por iniciativa direta dos próprios grupos ao participar de empresas de outros setores (o Bradesco possui participações, por exemplo, na “Tigre tubos e conexões” e na “Latasa”, o Itaú possui as empresas “Deca” e “Elekeiroz”, o Safra participa da “Aracruz”, etc.) como pelas oportunidades de participar dos processos de privatizações durante a década de 1990 (temos a participação do Bradesco na Vale e na CPFL, por exemplo).

Mas até agora discutimos como empresas do campo financeiro se expandem para outros campos. Também é importante discutir os grupos que, pela sua história organizacional, se originam em outros campos dentro da economia, mas que adentraram no campo financeiro. No nosso estudo um grupo específico realiza tal movimento: o grupo Votorantim. Seu banco, que possuía apenas 4 agências em 2002, era o 13º maior banco brasileiro, e o 5º maior banco privado nacional. Quais os motivos de o grupo Votorantim possuir uma participação tão significativa no campo financeiro?

Um fenômeno que atinge o campo econômico brasileiro e vários outros campos econômicos ao redor do globo, chamado de “financeirização da economia”, pode explicar tal processo. As dificuldades de reprodução do capital no setor produtivo leva ao capital a se concentrar na esfera financeira, que, pelas inovações contemporâneas, se torna muito lucrativa (CHESNAIS, 2005).

Esta seria uma explicação econômica básica. Mas, partindo de uma perspectiva bourdieusiana, temos que questionar a mera explicação “busca por lucratividade” embasada pelo critério de racionalidade econômica. Em que medida os capitais adquiridos com a entrada no campo financeiro é importante para o grupo Votorantim e para sua posição dentro do campo econômico mais geral?

Refletir sobre tal tema exige definir quais capitais estão presentes dentro do campo financeiro.

Os capitais do campo financeiro:

Consideramos que Bourdieu, tratando do campo econômico em geral, já nos oferece algumas pistas sobre quais tipos de capitais podem ser encontrados no campo financeiro. Mas cada um precisa ter sua especificidade destacada.

Tratando dos capitais necessários aos agentes no campo econômico, Bourdieu cita:

capital financeiro, atual ou potencial, capital cultural (não confundir com o “capital humano”), capital tecnológico, capital jurídico, capital organizacional (incluindo o capital de informação e conhecimento sobre o campo), capital comercial e capital simbólico. (BOURDIEU, 2005, p. 25).

Sobre o primeiro capital, o financeiro, ele é central não só para o poder dos agentes (grupos) dentro do campo financeiro, mas é importante para o poder do campo financeiro dentro do campo econômico. O setor bancário é reconhecido por concentrar a poupança dos diversos atores sociais e transforma-la em investimento, disponibilizando-a para outros atores; mas não podemos nos esquecer que os próprios agentes produtivos podem realizar suas próprias poupanças e assim fazer um autoinvestimento. O poder do campo financeiro dentro do campo econômico é regulado por essa dependência de financiamento dos agentes econômicos, e de sua (in)capacidade de autofinanciamento, relação essa que varia de acordo com a conjuntura.

Mas não é apenas através dessa dimensão do crédito que o poder da finança, do poder monetário dos membros desse campo, se exerce. Não podemos nos esquecer que as transações econômicas de nossa sociedade ocorre por meios eletrônicos, tanto transações de grande volume como também transações menores. Isso significa que o dinheiro, mesmo que transferido de uma instituição para a outra, não sai do sistema financeiro.

Essa baixa saída de dinheiro do sistema fornece não só uma segurança para as instituições (que se arriscam em investimentos cada vez mais questionáveis, vide a crise financeira de 2008) como fornece um controle para essas instituições de grande parte das transações monetárias da economia. Esse controle é vertido em ganhos monetários através das chamadas “taxas bancárias”, cobradas por cada operação bancária que um agente econômico realiza. Mas esse controle não pode ser entendido apenas nesses termos. A centralidade econômica que um pequeno número de instituições bancárias passa a ter (por possuir como clientes uma parcela cada vez mais significativa da população), se converte em outros tipos de capitais⁵.

⁵ Percebe-se que esse segundo aspecto do capital financeiro não é o foco do grupo Votorantim, já que possui um número bastante reduzido de agências, e, por consequência, de clientes. Ele

O capital simbólico é um dos acumulados a partir dessa centralidade da finança no campo econômico. E o aspecto principal do capital simbólico no campo financeiro chama-se “confiança”. Giddens contribui com o debate conceitual sobre confiança, atribuindo-lhe dois sentidos: “*aquele preso a uma rotinização, aos aspectos familiares de ajuste, e aquele que remete aos sistemas peritos.*” (SETTON, 2002, p. 67). É um conceito que colabora no entendimento do conceito de *Habitus* segundo SETTON, e que portanto tem papel explicativo importante nas regularidades sociais observáveis.

No caso do campo financeiro essa confiança se expressa tanto na rotina de um sistema de pagamentos operados por bancos enquanto intermediários (diferente quando apenas fazemos uma troca baseada em papel-moeda), e também no saber técnico em termos de segurança e cálculo das operações e dos sistemas dessas instituições bancárias.

Essa confiança tem implicações não só no funcionamento dos grupos mas também em como as instituições bancárias são tratadas no campo econômico. Se todos os clientes de um banco forem resgatar seus recursos em um mesmo momento, esta não vai ter o volume monetário para entregar⁶. Porque, pela própria definição da atividade bancária, os recursos de terceiros são deslocados para serem investidos. Quando temos instituições bancárias possuindo os recursos de tantos agentes econômicos espalhados em todo o território nacional, isso fortalece a confiança, o capital simbólico, da instituição e também do grupo financeiro ao qual pertence. Esse capital simbólico é reforçado pelo Estado através da instituição do “Banco Central do Brasil”. Esta é considerada o “emprestador em última instância” (CARVALHO, 2012) do campo econômico brasileiro; o que significa que, se qualquer instituição bancária estiver com grandes problemas de solvência, o Banco Central seria a entidade que ajudaria a instituição impedindo que “*uma crise bancária se transforme em catástrofe*”⁷ (CARVALHO, 2012, p. 217).

não se enquadra naquilo que a terminologia financeira chama de “banco de varejo”, o tipo que mais se beneficia desse segundo aspecto.

⁶ Tal fenômeno se chama “corrida bancária”.

⁷ Aqui o autor está se referindo ao risco de contágio da falta de liquidez de uma instituição bancária para todo o sistema.

Essa confiança, que é a base para alguns afirmarem que a atividade bancária no Brasil possui risco quase zero (ao contrário dos outros setores, em que o risco de falência sempre está presente ao menor sinal de crise), é o capital simbólico essencial para a atividade financeira (que apenas com o capital financeiro, monetário, não conseguiria realizar suas atividades).

Outro capital muito importante no campo é o organizacional, no qual podem ser incluído o tecnológico, jurídico, informacional e comercial. Os grupos possuem instituições específicas para realizar tais atividades, especialistas na mobilização desses tipos de capitais. É justamente a capacidade de articulação dessas diversas instituições que fornece a capacidade para o grupo aplicar eficientemente suas estratégias.

Mas nesse aspecto não podemos nos reduzir apenas às instituições do próprio grupo; as entidades associativas dos banqueiros também cumprem um papel central no fortalecimento desse(s) capital(is) por ser um espaço de articulação desses empresários⁸. Assim, essas instituições tratam de várias pendências jurídicas que os bancos tem com o Estado, com os trabalhadores (o sindicato patronal chama-se FENABAN), com o resto da sociedade (o problema com os órgãos de defesa do consumidor e seus registros nas listas de reclamação). Além de lidar com os temas de desenvolvimento tecnológico (organizam palestras e eventos sobre automação e tecnologia bancária com uma grande regularidade), etc. Em nossa pesquisa tais entidades aparecerão na rede de diretorias entrelaçadas, que ainda não foi produzida.

E também existe o capital cultural e o capital educacional que o campo financeiro concentra. Existem duas análises que podem derivar de tal gênero de estudo. Primeiro, do capital cultural e educacional presente dentro dos grupos enquanto campo; fazendo um estudo sobre seus diretores e sócios, suas trajetórias, etc. Segundo, do capital cultural e educacional do grupo dentro do campo financeiro e econômico. Estudos sobre as atividades das fundações de tais grupos teria muito a colaborar sobre essa segunda forma de análise; em especial das fundações e seus investimentos no ensino brasileiro, inclusive público, como mostra o estudo de Urbini (2015).

⁸ Essa é uma das conclusões de nossa dissertação de mestrado, que tratou da FEBRABAN.

Sobre essa diversidade de capitais do campo financeiro, precisamos destacar que eles não funcionam isoladamente. A prática dos agentes sociais no campo financeiro é realizada a partir da mobilização conjunta⁹ desses diversos capitais. É a interação entre o capital financeiro, simbólico, organizacional, cultural e educacional que permite, primeiro, essa posição privilegiada do campo financeiro no campo econômico, e segundo, de determinados grupos financeiros nesses dois campos.

Conclusão:

A aplicação do conceito de campo para a compreensão do sistema financeiro mostra seu valor heurístico pela capacidade de problematizar uma série de elementos do sistema financeiro contemporâneo.

Primeiramente, como se constitui historicamente tal campo. Essa constituição histórica depende: da inserção (dos papéis e das relações) do campo financeiro no campo econômico (nessas estruturas mais gerais); dos desenvolvimentos tecnológicos e organizacionais da atividade financeira (tanto no sentido mais técnico operacional como em relação às inovações financeiras e novas formas de investimento); e também das estratégias formuladas por essas entidades coletivas que chamamos de “grupos financeiros”.

Todos esses elementos trazem dinâmica ao campo financeiro. Este pode ampliar ou restringir suas fronteiras. Os grupos pertencentes a esse campo podem participar dessa ampliação ou restrição, ou até mesmo extrapolar essas fronteiras investindo em outros setores como imobiliário, elétrico, etc.

Além disso, também pode possuir grupos externos ao campo adentrando no setor. E como observamos, pertencer a esse campo oferece aos grupos membros uma série de capitais privilegiados se comparados com os outros subcampos da economia.

A pesquisa sobre o campo financeiro ainda precisa ser aprofundada. Temas como transmissão e herança de capital, propriedade e cargos como capitais (acionistas X tecnocracia), utilização de capitais como forma de legitimação social (intervenção dos atores nos meios de comunicação) e de

⁹ A necessidade de associação entre os capitais é destacada por Bourdieu quando trata do capital tecnológico (BOURDIEU, 2005, p. 38)

intervenção política (financiamento eleitoral) são temas que serão aprofundados na tese de doutorado. Tais temas serão abordados nessa pesquisa realizando o mapeamento das redes diretivas de tais grupos, e a pesquisa dos atributos desses diretores.

Mas para um adequado tratamento de tais temas precisamos inserir o elemento diacrônico na análise. Em nossa pesquisa iremos mapear tais redes tanto em 2002 como em 2014, e, através da análise comparativa, verificar as dinâmicas presentes no campo financeiro brasileiro nesse começo de século.

Bibliografia:

URBINI, L. F. **Educação integral e capital financeiro: a participação do Itaú Unibanco nas políticas públicas de educação entre 2002 e 2014.** Dissertação de mestrado. Florianópolis: PPGSP/UFSC. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Bancos Brasileiros após a Resolução 1524, de 21.09.88. **Relatório consolidado de 1988 a 2000.** Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/e88-2000/texto.asp?idpai=relsf19882000>>.

Acesso em: 23 nov. 2015.

BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política e sociedade**, Florianópolis, n. 6, 2005.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: EDUSP, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura.** Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

CARVALHO, C. E. O Banco Central como prestador de última instância: mão quase invisível ao sustentar os mercados. **Oikos**, Rio de Janeiro, 2012.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

FONTANA, Y. **Como fritar as Josefinas.** [S.l.]: Cultura, 1996.

GONÇALVES, R. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica.

Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, out/dez 1991. 491-518.

MICK, J. **A globalização financeira e as mudanças na regulamentação do sistema financeiro nacional (1994-1996): um estudo sob a perspectiva da**

hegemonia financeira. Dissertação de mestrado. [S.l.]: Pós graduação em Sociologia Política / UFSC. 1998.

MINTZ, B.; SCHWARTZ, M. **The power structure of american business.**

Chicago: University of Chicago, 1985.

SCOTT, J. Social network analysis and intercorporate relations. **Hitotsubashi Journal of Commerce and Management**, p. 53-68, 1988.

SETTON, M. D. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, 2002.